

A REVOLTA DOS AGRICULTORES NA ÍNDIA



Dossiê n° 41
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Junho de 2021

Estes são retratos de camponeses, não de “bandidos, parasitas, terroristas e secessionistas”, como pintam os meios de comunicação dominantes, não são uma multidão sem rosto

São retratos de seres humanos com nomes, lutas e aspirações, uma forma de vida

São retratos de uma classe

São retratos de um protesto histórico

As fotografias deste dossiê foram feitas por Vikas Thakur, do departamento de Arte do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Vikas, que vive em Delhi, visitou dois lugares estratégicos do protesto nas fronteiras com Singhu e Tikri durante dezembro de 2020 e janeiro de 2021. Com uma câmara de um celular Xiaomi Note 6 na mão, ele documentou a revolta dos agricultores. “A princípio só queria fazer fotos para arquivá-las”, diz Vikas. As imagens cruas resultantes são retratos de camponeses – principalmente de Haryana e Punjab – em sua ira e sua alegria, desafiando o frio de inverno em seus tratores, lendo poesia em seus carros e celebrando festivais religiosos. São retratos de camponeses, de uma classe e de seres humanos em uma revolta histórica.

CAPA

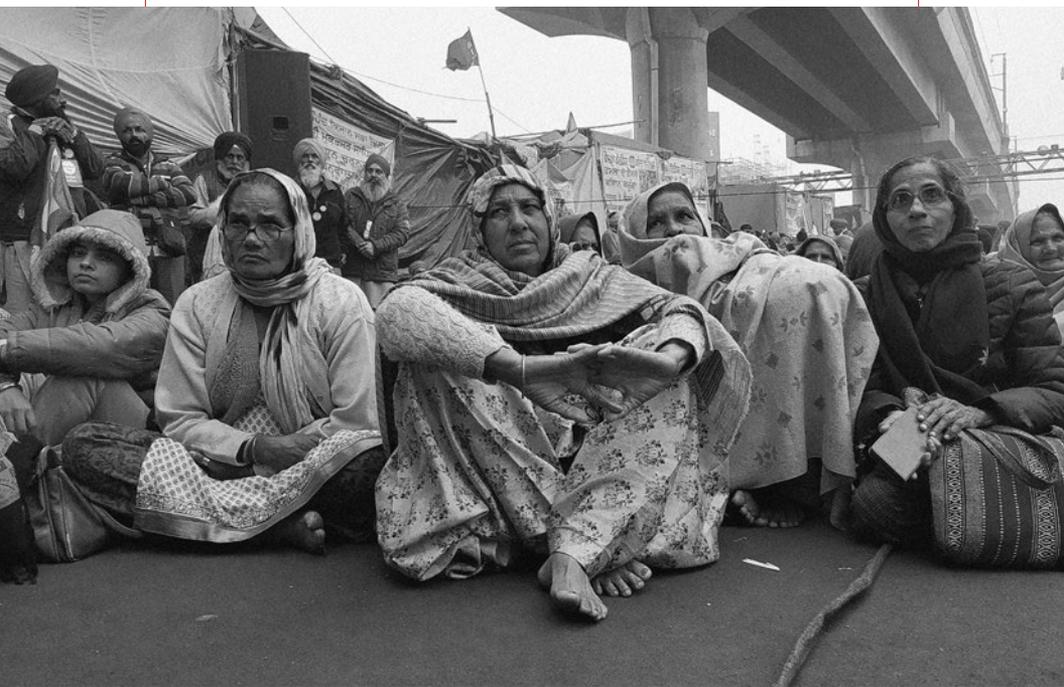
Um agricultor de Punjab protesta durante uma marcha de tratores no Dia da República na rodovia de circunvalação de GT Karnal em Dehli, 26 de janeiro de 2021

Vikas Thakur / Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

A REVOLTA DOS AGRICULTORES NA ÍNDIA



Dossiê n° 41 do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Junho de 2021



Camponesas do Punjab e Haryana protestam na fronteira de Tikri, em Dehli, dia 24 de janeiro de 2021

Vikas Thakur / Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

A Índia se encontra dominada pela segunda onda da pandemia de Covid-19. Os casos confirmados ultrapassam 400 mil por dia em maio, enquanto o sistema de saúde colapsa, leitos hospitalares se enchem e os cilindros de oxigênio se esvaziam. O aumento na taxa de mortalidade criou filas nos crematórios. Enquanto os holofotes estão em Delhi e outros centros urbanos, mortes silenciosas estão se espalhando nas áreas rurais do norte da Índia. Pessoas estão morrendo de “febre” e “falta de ar” – expressões utilizadas pelo senso comum para descrever os sintomas da Covid-19. Como muitos não foram testados para a doença, suas mortes não constam nos números oficiais.

Em setembro de 2020, o governo da Índia, liderado pelo primeiro-ministro Narendra Modi e seu partido de extrema direita, Bharatiya Janata (BJ), aprovou três leis que afetam diretamente o setor agrícola. Não houve consulta prévia às organizações de agricultores e não se permitiu nenhuma discussão no parlamento. Os agricultores perceberam imediatamente que essas três leis os transformam em semisservos das grandes corporações comerciais da Índia. Eles deram início a uma onda de protestos que ainda perdura, meses depois, apesar da pandemia.

Agricultores e trabalhadores agrícolas marcharam pela primeira vez em direção a Delhi em novembro de 2020. Eles foram impedidos de entrar na cidade e, portanto, montaram acampamentos de protesto ao longo das rodovias nacionais. As mobilizações massivas começaram em Punjab, mas logo se espalharam por Haryana, Uttar Pradesh, Rajasthan e Madhya Pradesh. Nas semanas que se seguiram às primeiras marchas, a onda de protestos se espalhou pela

Índia, de Maharashtra, no oeste da Índia, a Bihar, no leste, descendo até o sul do país. No Dia da República, 26 de janeiro de 2021, os trabalhadores agrícolas entraram em Nova Delhi, a capital, e deixaram claro que o dia de celebração da Constituição indiana de 1950 também era o dia deles.

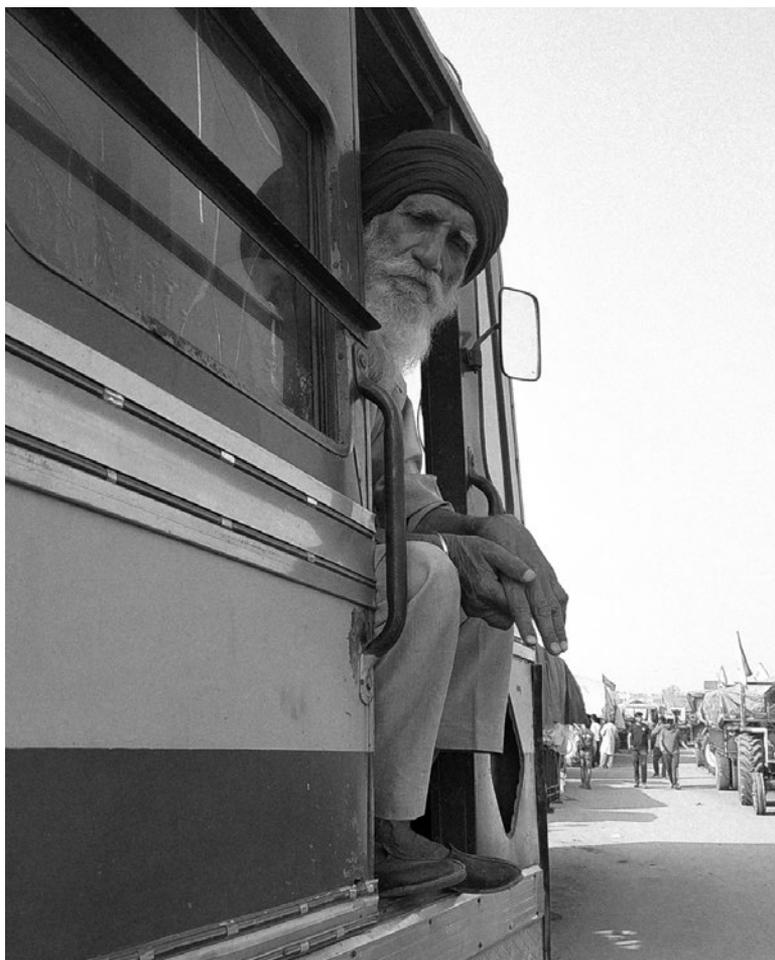
A mídia corporativa vilanizou os agricultores, atacando sua integridade ao chamá-los de bandidos, parasitas, terroristas e separatistas que pretendem obstruir o desenvolvimento da Índia. Os agricultores não recuaram. Sabiam que representavam toda a sua classe, para quem esta batalha é existencial: aceitar os termos da nova política do governo é matar e destruir seu meio de vida e seu modo de vida. Eles sabiam que as três leis agrícolas dariam ainda mais controle sobre a agricultura indiana para grandes capitalistas, como as famílias Ambani e Adani. Uma série de organizações de agricultores, desde All-India Kisan Sabha (AIKS) ao Bharatiya Kisan Union, estendeu a mão aos camponeses e trabalhadores agrícolas em todo o país, buscando construir uma coalizão nacional para defender os agricultores e exigir a anulação das três leis.

Os protestos não diminuíram, embora os camponeses estejam sendo cautelosos devido à pandemia. Eles estão determinados a resistir, já que o governo do BJ tenha se recusado a recuar. Seja qual for o resultado, não há dúvida de que a agricultura indiana está no limite e que o governo Modi está decidido a empurrá-la para além desse limite. O campesinato indiano continua lutando por sua sobrevivência durante uma crise agrária crônica impulsionada por três décadas de reforma neoliberal. As três leis agrícolas de Modi dizimarão os

restos da vida agrária do campesinato e entregarão o controle do setor às corporações e à cadeia de abastecimento global.

Qual é a crise agrária? É uma condição crônica cujos sintomas são variados: as contingências da agricultura, incluindo quebras de safra, que resultam em rendas baixas a negativas, endividamento, subemprego, expropriação e suicídio. Este dossiê traça as causas dessa crise, que não são difíceis de detectar, mas que remontam aos dias de domínio colonial britânico e aos fracassos do novo Estado indiano após a independência em 1947. O progresso na agricultura indiana vem no ritmo de uma imensa tartaruga, lenta e mantendo seu curso obstinadamente. Poucas coisas parecem ter mudado nos últimos 75 anos e, mesmo quando surgem novos fatores, os antigos persistem. Para entender por que a tartaruga agora para na beira do precipício, temos que refazer sua jornada.





Um camponês participa dos protestos em seu caminhão na fronteira de Singhu, em Dehli, 5 de dezembro de 2020

Vikas Thakur / Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

O passado

Quando a Companhia Inglesa das Índias Orientais assumiu o controle da Índia pela primeira vez, em 1757, ela começou a desmontar e a reorganizar as relações econômicas mais antigas para melhor extrair tributos. Diferentes partes da Índia tiveram diferentes tratamentos, mas a estrutura principal da espoliação permaneceu a mesma. A terra foi transformada em propriedade vendável que poderia ser alienada dos camponeses, e novos intermediários impostos (como os *zamindars*) chegaram para cobrar aluguéis exorbitantes dos camponeses. Em 1770, os britânicos se mantiveram inertes enquanto Bengala, a primeira parte da Índia a ser governada pela Companhia, experimentou uma fome que matou um terço da população. Embora a sociedade aldeã antes do governo da Companhia não fosse um paraíso, durante o governo da Companhia e da Coroa (depois de 1858), tornou-se um inferno para o campesinato.

O economista Utsa Patnaik calculou que a Companhia e a Coroa Britânica extraíram 45 trilhões de dólares (nos valores de hoje) de 1765 a 1938 – o que não equivale a nem mesmo os dois séculos completos de domínio colonial. Em outras palavras, a pilhagem foi equivalente ao valor de duas décadas do atual Produto Interno Bruto (PIB) da Índia, de 2,5 trilhões de dólares.

A consequência de tal sangramento tão severo de recursos foi que, mesmo em momentos de boas safras, os camponeses mal tinham comida suficiente para sobreviver. Em anos ruins – quando a estação das monções chegava ao fim – os agricultores mal conseguiam juntar dinheiro suficiente para pagar seus impostos antes de cair

em meses de fome total. Os camponeses não conseguiam economizar dinheiro ou comida em anos bons porque a tributação impedia qualquer economia. Isso os deixava ainda mais vulneráveis nos anos ruins. Quando a seca ou quebra de safra vinha, como inevitavelmente acontecia, os fazendeiros não tinham proteção contra a atrocidade da fome.

Entre 1850 e 1899, os camponeses indianos sofreram 24 fomes, uma a cada dois anos. Essas fomes mataram milhões de pessoas: durante a fome de 1876-1879, 10,3 milhões de pessoas morreram; na de 1896-1902, a baixa foi de 19 milhões. William Digby, um jornalista que relatou a fome de Madras, em 1876, escreveu, em 1901, que quando “o papel desempenhado pelo Império Britânico no século XIX for considerado pelos historiadores, daqui a 50 anos, as mortes desnecessárias de milhões de indianos serão seu principal e mais notório monumento”.

A memória dessas fomes – particularmente a fome de Bengala de 1943 – garantiu que o novo Estado indiano abolisse os impostos sobre o campesinato, o que eliminou a ameaça da fome e permitiu que os camponeses usassem seus rendimentos para investir em suas terras para melhorar a produção de alimentos. Durante as secas, o governo garantiu que o campesinato recebesse alimentos para evitar a fome extrema. Esta não foi eliminada, mas a fome extrema certamente foi.

No entanto, o Estado indiano, controlado pela grande burguesia e pelos latifundiários, preservou as hierarquias econômicas agrárias que os britânicos haviam legado a eles. Ao contrário da URSS e

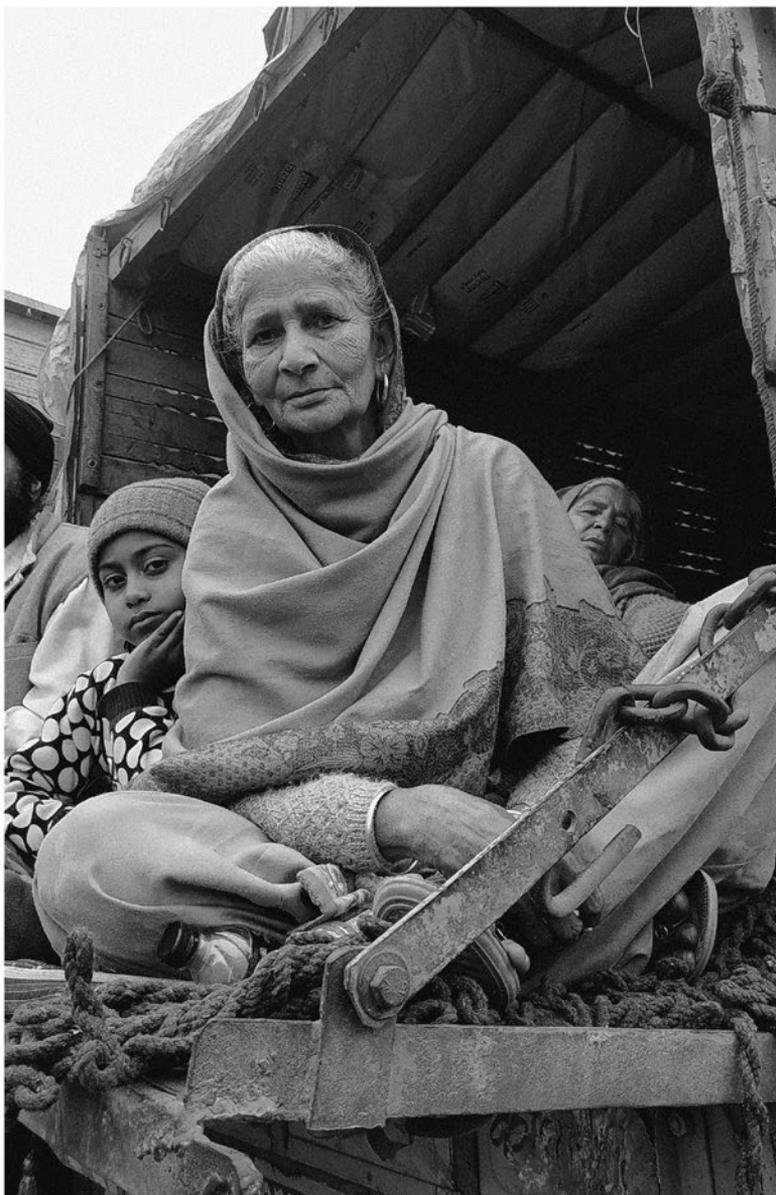
da República Popular da China, a Índia independente não combateu as hierarquias socioeconômicas das aldeias. Sob pressão do movimento de esquerda, forte em certas regiões da Índia, o governo indiano implementou reformas agrárias fracas; a redistribuição de terras era insignificante e limites a propriedades de terra não foram implementados devido ao controle que os proprietários de terras tinham sobre o sistema político em suas regiões. A legislação de arrendamento em diferentes estados teve impacto, uma vez que os camponeses em alguns estados obtiveram os títulos das terras que cultivavam. A concentração de terras permaneceu alta e a exploração neofeudal do pequeno campesinato e dos trabalhadores agrícolas sem terra, principalmente das castas oprimidas, continuou.

Em vez de modernizar o setor agrícola, a classe dominante indiana conduziu a industrialização liderada pelo setor público, incluindo a construção de enormes represas e projetos de irrigação. No final da década de 1950, a industrialização da Índia colidiu com os limites impostos por uma agricultura não reformada. O crescente setor industrial precisava de matérias-primas agrícolas e a expansão da força de trabalho industrial aumentou a demanda por alimentos. A escassez destes, conseqüentemente, tornou-se frequente, o que fez com que o preço dos grãos aumentasse; essa pressão inflacionária desacelerou a industrialização. As reservas de moeda estrangeira da Índia estavam quase esgotadas, o que limitou a capacidade do governo de importar grãos alimentícios.

Em 1965, os Estados Unidos haviam se tornado o principal exportador de grãos alimentícios para a Índia. O governo então implorou aos EUA em 1956 que os fornecessem sob a Lei Pública 480,

segundo a qual a Índia importava grãos, principalmente trigo, e pagava aos EUA em moeda indiana, o que impediu a Índia de entrar em uma crise cambial mais profunda. Os EUA usaram o esquema da Lei Pública 480 para pressionar o governo indiano a alterar suas políticas, sobretudo a externa não alinhada da Índia. Um diplomata estadunidense disse que os grãos enviados para a Índia eram de má qualidade, úteis para ração de aves, mas não para consumo humano.

Devido às guerras da Índia com a China (1962) e com o Paquistão (1965), as reservas cambiais caíram drasticamente. Uma seca em 1965 reduziu a produção de alimentos em 20% no ano agrícola de 1965-1966. Políticos e diplomatas indianos defenderam mais importações de grãos de Washington, que enviaram menos do que o necessário para pressionar pela mudança de duas políticas: primeiro, desmantelar o modelo de substituição de importações de desenvolvimento econômico e abrir o país ao investimento estrangeiro e comércio; segundo, enfraquecer os laços com a URSS e cessar as críticas à guerra dos EUA no Vietnã. Quando a primeira-ministra Indira Gandhi foi a Washington, em 1966, para se encontrar com o presidente dos EUA, Lyndon Johnson, ela concordou com as condições estadunidenses e do Banco Mundial para suspender as restrições às importações, liberar um conjunto de indústrias, permitir investimentos dos EUA na produção de fertilizantes e desvalorizar a rupia indiana em 57%. Como resultado, a inflação disparou e a economia entrou em uma crise mais profunda. O governo da Índia acreditava que os EUA enviariam grãos e que o Banco Mundial concordaria com um pacote monetário, mas nem um nem outro cumpriram sua parte no trato. Isso foi uma humilhação para o governo indiano, um reconhecimento de que continuava dependente do sistema imperialista.



Uma camponesa participa em uma carreta preparatória na fronteira de Singhu, em Dehli, em 7 de janeiro de 2021

Vikas Thakur / Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Durante esta crise, houve uma percepção nos círculos da elite de que, para um país tão grande como a Índia, alimentar seu povo com importações não era uma opção. Isso não seria apenas um convite à intervenção imperialista em sua soberania: permitir que a segurança alimentar de milhões de indianos permanecesse dependente da oferta e dos caprichos dos preços dos mercados internacionais seria uma receita para uma grave crise interna. Essa constatação obrigou o governo indiano a buscar opções internas para alcançar a segurança alimentar e sair da crise.

Dois caminhos para sair da crise

O governo indiano tinha dois caminhos para sair da crise:

1. **Redistribuição de terras.** O governo indiano poderia ter implementado reformas agrárias por meio da redistribuição de terras, o que significaria entregar terras às famílias rurais sem-terra. A concentração fundiária havia se tornado um obstáculo ao aumento da produtividade agrícola. As relações neofeudais significavam que os proprietários podiam extrair altos aluguéis de seus inquilinos, bem como explorar trabalho gratuito dos inquilinos para seu uso pessoal.

Os proprietários usavam a renda do aluguel da terra em empréstimos de dinheiro, em vez de investir em suas terras e em tecnologia. Os inquilinos que arrendavam a terra não usavam sua própria renda para melhorá-la e, além do mais, o aluguel alto

consumia a maior parte de sua renda excedente. A falta de investimento na agricultura impediu altas taxas de crescimento. A redistribuição de terras, juntamente com os investimentos públicos em infraestrutura agrícola, teria aumentado a equidade socioeconômica e o crescimento econômico. O crescimento teria sido seguido por aumento da produtividade e aumento do consumo dos camponeses, o que teria estimulado a industrialização rural.

2. **A Revolução Verde.** No início da década de 1960, o agrônomo Norman Borlaug desenvolveu variedades anãs de trigo de alto rendimento, que exigiam fertilizantes químicos e irrigação em escala industrial. Essa nova tecnologia agrícola de variedades de alto rendimento era muito mais produtiva em comparação com as tecnologias indígenas existentes. Assim, a Revolução Verde foi uma escolha agradável para a classe dominante indiana, que sentiu que isso aumentaria a produtividade agrícola sem reforma agrária.

De fato, as reformas agrárias e a tecnologia da Revolução Verde não precisam ser vistas como dois elementos que se excluem mutuamente; a combinação de ambos, usada criteriosamente, poderia ter criado altas taxas de crescimento agrícola que beneficiariam o campesinato. O Estado indiano, no entanto, optou por evitar a reforma das relações fundiárias e se concentrou na Revolução Verde.

Em 1961, 12% das famílias rurais possuíam mais de 60% das terras agrícolas nas aldeias da Índia. Uma vez que o objetivo do governo

era aumentar a produção agrícola para promover a autossuficiência em grãos alimentares em benefício da industrialização, fazia sentido implementar a tecnologia da Revolução Verde para beneficiar os grandes agricultores capitalistas. Melhorar a subsistência das massas rurais e alcançar a igualdade socioeconômica não eram as principais considerações. Supunha-se que os benefícios chegariam ao restante das famílias rurais à medida que a produtividade aumentasse e a renda dos fazendeiros ricos aumentasse.

Para dar assistência aos agricultores, o Estado aprimorou as instituições da agronomia. Estabeleceu o Sistema Nacional de Pesquisa Agrícola junto com o Conselho Indiano de Pesquisa Agrícola (estabelecido em 1929) em sua ponta junto a uma grande rede de instituições de pesquisa especializadas, universidades agrícolas, centros de extensão e estações de pesquisa de campo. Essas instituições forneceram suporte técnico para o uso das tecnologias da Revolução Verde. As variedades de alto rendimento exigiam abundância de água e a aplicação de agroquímicos. Por causa disso, a tecnologia da Revolução Verde só pôde ser implementada em regiões com sistemas de irrigação de canal, como Punjab, Haryana, oeste de Uttar Pradesh e planícies costeiras do sul da Índia. A tecnologia da Revolução Verde não foi usada em 70% das terras agrícolas da Índia, onde as aldeias continuaram a praticar a agricultura de subsistência.

O governo fez investimentos substanciais em irrigação de superfície para expandir a tecnologia da Revolução Verde para o restante do país. Entre 1951 e 1991, a área irrigada por canais mais que dobrou, de 8,3 milhões de hectares para 17,5 milhões de hectares. O crédito bancário aos agricultores ajudou-os a aumentar a irrigação,

perfurando poços tubulares. Entre 1961 e 1991, a área sob irrigação de poços tubulares quase foi de zero para 14 milhões de hectares. À medida que a irrigação do canal se expandiu, mesmo os pequenos agricultores mais pobres começaram a usar as sementes de alto rendimento e a combinação de fertilizantes químicos da tecnologia da Revolução Verde.

Estava claro para as instituições do Estado encarregadas do desenvolvimento agrícola que os agricultores não podiam ser deixados para investir sozinhos no aumento da produtividade. Os investimentos necessários em áreas estratégicas – como irrigação, controle de enchentes, desenvolvimento de terras e criação de infraestrutura de mercado – eram consideráveis e estavam além da capacidade dos agricultores individuais; eles só poderiam ser levados a cabo pelo Estado. Além disso, a agricultura vem com as contingências da natureza (inundações, secas, tempestades de granizo, pragas), agravadas pelas incertezas impostas pelo sistema capitalista. Preços variam, e sobretudo os pequenos agricultores se tornam incapazes de negociar para reduzir os preços dos insumos e de controlar os preços de mercado de seus produtos. O apoio do Estado era necessário para acessar o crédito, subsidiar insumos, criar uma infraestrutura de mercado e manter um sistema de preços remunerativos para a produção final. Ao arcar com parte do risco por meio de seus mecanismos institucionais, o Estado foi capaz de viabilizar a agricultura. À medida que essas instituições se desenvolveram na década de 1960, elas foram incorporadas aos processos agrícolas e à vida rural. Embora esses instrumentos institucionais tenham favorecido os grandes agricultores, eles ainda assim ancoraram toda a economia rural e proporcionaram algum alívio até mesmo para os trabalhadores agrícolas sem-terra.



Um casal de camponeses passa uma noite de inverno em sua caminhonete na fronteira de Singhu, em Dehli, 28 de dezembro de 2020

Vikas Thakur / Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

É uma prova da resistência dessas instituições que nenhum governo foi capaz de sucateá-las totalmente desde que a economia indiana começou a ser liberalizada após 1991. As três leis agrícolas de Modi são uma tentativa direta de erradicar esses arranjos institucionais. A luta dos agricultores, portanto, é uma luta política não só para proteger esses instrumentos institucionais, mas também para preservar seu modo de vida.

Crédito e preços

A decisão de política econômica mais importante na Índia independente foi a nacionalização dos bancos, em 1969. A necessidade de fornecer suporte crediário para a expansão agrícola desempenhou um papel importante nessa decisão. Até a nacionalização, o sistema bancário na Índia era dominado por bancos privados e pelo Banco do Estado da Índia (State Bank of India - SBI), com controle público. Os bancos privados tinham seus escritórios nos centros metropolitanos, sem presença real na Índia rural. Seus conselhos estavam cheios de industriais, cujo instinto era emprestar dinheiro para o setor industrial e não para o setor agrícola. Em 1961, a agricultura – que empregava 70% da força de trabalho e respondia por 40% do PIB – recebia 2% dos empréstimos concedidos pelos bancos comerciais; estes se recusavam a acatar qualquer apelo do governo para que emprestassem aos agricultores. Para os bancos comerciais, gastar dinheiro na expansão do campo nunca proporcionaria a mesma taxa de retorno que seus empréstimos à indústria e ao comércio. Como resultado da recusa dos bancos em investir no setor agrícola, o

Estado assumiu o controle de 14 bancos privados nacionalizando-os em 1969 e colocou 80% dos negócios bancários sob controle público.

O governo instruiu os novos bancos públicos a emprestarem pelo menos 18% de seu crédito para a agricultura. Como resultado, esses bancos públicos começaram a abrir agências em áreas rurais, principalmente nas áreas nas quais a tecnologia da Revolução Verde havia sido implementada.

Pela primeira vez, milhões de camponeses tiveram uma alternativa ao agiota da aldeia. Isso impulsionou o investimento na agricultura. Os bancos concederam subsídios cruzados para empréstimos a juros baixos para a agricultura, com os lucros dos créditos concedidos para a indústria e o comércio. Os agricultores receberam empréstimos para safras sazonais, bem como empréstimos de longo prazo para a compra de maquinários, como tratores e pulverizadores. Os empréstimos eram concedidos com base no tamanho da propriedade da terra, favorecendo os agricultores maiores, embora os agricultores com propriedades menores também recebessem crédito. Este veio junto com a venda governamental de insumos subsidiados, como sementes e fertilizantes, e também apoio a fabricantes privados de fertilizantes para compensá-los pelos preços reduzidos. A nacionalização do banco acelerou o desenvolvimento agrícola.

Em 1960, o governo estabeleceu um esquema de Preço Mínimo de Apoio (Minimum Support Price – MSP). Cinco anos depois, o governo criou a Corporação Alimentar da Índia (Food Corporation of India – FCI). A FCI e o MSP deveriam manejar um dilema elementar na agricultura: se os preços dos alimentos são muito baixos,

os agricultores sofrem, mas se os preços são muito altos, os trabalhadores sofrem. O MSP, para qualquer safra, é fixo para que os agricultores recebam um preço que cubra seus custos de cultivo e forneça ao agricultor uma renda razoável. A FCI, por sua vez, adquire grãos dos agricultores no MSP e os disponibiliza aos trabalhadores a um preço razoável. Todo esse mecanismo é subsidiado pelo governo, equilibrando assim essas reivindicações concorrentes. O governo vende os grãos adquiridos por meio de um Sistema de Distribuição Pública (Public Distribution System – PDS) para a classe trabalhadora e o campesinato. O excesso de grãos é mantido nos depósitos da FCI como uma proteção em caso de anos de safras ruins e para ser usado no mercado como uma medida anticíclica para proteger a classe trabalhadora da alta inflação dos alimentos.

Mas nem todos os produtos cultivados pelos agricultores são adquiridos pela FCI. O restante é vendido aos comerciantes, que têm uma vantagem contra os agricultores individuais, uma vez que os comerciantes podem fazer um lance menor, atrasar os pagamentos e enganá-los usando balanças fraudulentas. Nas décadas de 1960 e 1970, os estados da União Indiana estabeleceram Comitês de Comercialização de Produtos Agrícolas (Agriculture Produce Marketing Committees – APMC) para regulamentar os locais de armazenagem de mercado, criar infraestrutura nos estaleiros e garantir a regulamentação do comportamento dos comerciantes. A FCI comprou seus estoques de grãos desses estaleiros do APMC.

O sucesso da Revolução Verde do governo e das políticas de crédito rural foi limitado por seus objetivos estreitos. Essas novas tecnologias favoreciam os estados com irrigação garantida, o que significava

que eles recebam mais crédito agrícola. A maior parte da aquisição de grãos por meio do MSP foi limitada a essas regiões, como Punjab, Haryana e oeste de Uttar Pradesh. Embora o MSP enumere apenas 23 *commodities* agrícolas, como cereais e leguminosas, arroz e trigo são os mais comumente comprados. A extravagância dessa decisão significa que aqueles que cultivam nas regiões semiáridas onde há outras culturas não têm acesso à totalidade do apoio governamental. O estabelecimento do APMC seguiu esse viés, de modo que essas três regiões (Punjab, Haryana e oeste de Uttar Pradesh) tinham melhor infraestrutura de mercado. No Punjab, há um estaleiro do mercado regulamentado a cada 116 km², mas em Andhra Pradesh, um único estaleiro atende vilarejos dentro de 853 km². A proximidade desses estaleiros comerciais faz uma diferença significativa para os agricultores pequenos e marginais, uma vez que a proximidade significa custos de transporte mais baixos.

A rigidez de classe

Não muito depois do início da Revolução Verde, o Ministério do Interior indiano, com razão, se preocupou com as consequências sociais e políticas do aprofundamento da desigualdade rural. O receio, como o ministro do Interior Y.B. Chavan disse, que a Revolução Verde provavelmente se transformaria em uma Revolução Vermelha. O relatório *The Causes and Nature of Current Agrarian Tensions* [As causas e a natureza das tensões agrárias atuais], de 1969, produzido por seu ministério, tinha uma avaliação lúcida do problema do ponto de vista burguês:

Em primeiro lugar, [as novas estratégias da Revolução Verde] se basearam amplamente em uma estrutura social agrária antiquada. Os interesses do que poderia ser chamado de classes agrícolas não convergiram para um conjunto comumente aceito de objetivos sociais e econômicos. Em segundo lugar, as novas tecnologias e estratégias, orientadas para fins de produção em segundo plano, em relação aos imperativos sociais, gerou uma situação em que evidentes elementos de disparidade, instabilidade e inquietação tornam óbvia a possibilidade de agravamento da tensão.

É precisamente esse tipo de política que intensificou as divisões da classe rural e criou o tipo de trabalho que o Ministério do Interior preferia evitar, a saber, o combate às insurgências rurais. A “molécula complexa” da aldeia indiana, escreveram os autores do relatório de 1969 do Ministério do Interior, pode encontrar-se com um campesinato organizado e “pode terminar em uma explosão”. Isso teve que ser evitado por meio da desmoralização do campesinato por meio de armadilhas de dívidas e fortalecimento do poder dos camponeses ricos sobre o campo.

Os camponeses mais abastados estavam em melhor posição para acessar os mecanismos institucionais estabelecidos pelo Estado. O sistema foi estabelecido para fornecer mais crédito bancário e maiores vantagens de preços mínimos de apoio e fertilizantes subsidiados para aqueles que tinham maiores propriedades de terra. Como o governo estava mais interessado em aumentar a produtividade agrícola que em amenizar as desigualdades da Índia rural, as políticas acabaram beneficiando o campesinato abastado.



Um camponês que se somou aos protestos iniciais lê uma obra do poeta revolucionário punjabi Pash em seu carrinho na fronteira de Singhu, em Dehli, 10 de dezembro de 2020

Vikas Thakur / Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Uma vez que os fazendeiros ricos monopolizaram o crédito bancário do governo, os pequenos e mais excluídos tiveram que continuar a buscar empréstimos de agiotas. De acordo com a última Pesquisa de Avaliação da Situação de Famílias Agrícolas, os agricultores ricos acessaram 80% de seus empréstimos de fontes institucionais, enquanto os pequenos agricultores obtiveram apenas 50% de seus empréstimos dessas fontes. Para metade de seu crédito, os agricultores excluídos foram para fontes não institucionais, como agiotas que cobraram taxas de juros exorbitantes; isso colocou o agricultor marginal em uma armadilha de dívidas. A situação continua sombria para os trabalhadores agrícolas, que recebem 88% de seu crédito de agiotas.

Muitos agricultores sem terra ganharam acesso à terra tornando-se inquilinos e arrendando terras de outras famílias, geralmente de proprietários ausentes. Os dados oficiais subestimam a extensão da agricultura arrendatária na Índia. Pesquisas mostram que os agricultores arrendatários constituem uma parte significativa das famílias de agricultores. Em algumas regiões costeiras de Andhra Pradesh, por exemplo, de 70 a 80% dos agricultores são arrendatários; em Bihar, 26% dos cultivadores são arrendatários. Os camponeses marginais muitas vezes aumentam suas propriedades assinando contratos de arrendamento com os quais exploram o trabalho familiar.

Os contratos de arrendamento são principalmente acordos orais informais, uma vez que os proprietários, que são ausentes, querem burlar as leis que dão direitos significativos aos arrendatários em relação às terras que cultivam. Como não têm título de propriedade, os agricultores sem terra – como os camponeses excluídos – não

têm acesso a apoio institucional, incluindo empréstimos para safras ou empréstimos de longo prazo. Para ter acesso ao crédito, esses arrendatários pedem dinheiro aos proprietários, fazendeiros ricos, agiotas e comerciantes. As taxas de juros são altas e os inquilinos muitas vezes são forçados a fornecer retornos não financeiros, como mão de obra gratuita. Quando as safras caem, os agricultores caem mais fundo na armadilha da dívida. Depois de pagar o aluguel, a renda dos pequenos arrendatários é tão baixa que qualquer choque, incluindo despesas com saúde ou uma colheita ruim, os compele a tomar mais empréstimos informais, o que aprofunda ainda mais o controle do credor local sobre suas terras e trabalho. Na ausência de um contrato de arrendamento, os arrendatários não podem vender no sistema MSP; em vez disso, muitas vezes são forçados a vender suas safras em seus campos aos comerciantes a preços muito mais baixos do que o Preço Mínimo de Apoio (Minimum Support Price – MSP), nos estaleiros regulamentados.

Esses problemas existiam antes de todo o sistema de crédito e preços começar a ser minado durante o período de liberalização iniciado em 1991.

Liberalização e Crise Agrária

Em 1990-1991, o governo indiano enfrentou uma grave crise cambial. As reservas cambiais caíram para 1,2 bilhão de dólares, o que bastou para pagar apenas duas semanas de importações. O governo indiano transportou, por via aérea, 47 toneladas de ouro

para Londres como garantia de um empréstimo de curto prazo de 400 milhões de dólares do Banco de Londres. A Índia recorreu ao FMI. Em novembro de 1991, o ministro das Finanças, Manmohan Singh, disse: “As negociações com o FMI foram difíceis porque o mundo mudou. A Índia não está imune. A Índia tem que sobreviver e florescer em um mundo que não podemos mudar à nossa própria imagem. As relações econômicas são relações de poder. Não estamos vivendo em uma peça de moralidade”.

Como alguns economistas apontaram, a Índia ainda tinha outras opções para sair da crise em que se encontrava. Em vez disso, o governo indiano optou por aceitar empréstimos do FMI e do Banco Mundial com pesadas condicionalidades, sob as quais a Índia foi compelida a implementar reformas neoliberais por meio de um programa de ajuste estrutural, que teve o apoio entusiástico tanto do capital metropolitano quanto do indiano. Essa agenda de reforma significava que a política governamental cessaria sua tentativa de proteger o povo indiano do pior impacto do capitalismo desregulado.

O governo começou a desregulamentar o setor bancário, fornecendo licenças para novos bancos privados, que então competiam com os bancos do setor público. Isso teve um impacto negativo no sistema agrário. Naquela época, porta-vozes da liberalização argumentavam – muitas vezes com poucas evidências – que o setor bancário havia sofrido com a imposição de cotas para o crédito agrícola, o teto imposto aos juros bancários para a agricultura e a criação de uma rede de agências bancárias rurais. Os bancos do setor público, achando difícil competir com os novos bancos privados, eliminaram

suas divisões rurais. O crédito destinado à agricultura foi para outro lugar, inclusive para o setor financeiro de crescimento lento. O crédito agrícola encolheu e os agricultores mais uma vez recorreram a fontes de crédito informais exploradoras.

Em 1 de janeiro de 1995, a Índia aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC), o que resultou na flexibilização das restrições quantitativas às importações agrícolas. Os fazendeiros indianos – muitos trabalhando em apenas alguns acres de terra – foram forçados a competir contra o agronegócio multinacional e contra fazendeiros de países industriais avançados que operavam em milhares de acres e recebiam enormes subsídios de seus governos.

O governo não apenas abriu as portas para as importações agrícolas, mas também pressionou os agricultores indianos com o corte de subsídios. Os preços dos fertilizantes subiram, o que significou um aumento nos custos do cultivo. Enormes campanhas de relações públicas que prometiam maiores rendimentos e lucros por parte das empresas do setor privado levaram os agricultores a comprar sementes e pesticidas caros, o que elevou os custos do cultivo com o pequeno aumento correspondente nos rendimentos. Isso ficou evidente no cultivo de algodão nas regiões semiáridas de Deccan Plateau; os agricultores foram incentivados a cultivar algodão para exportação, mas a pouca regulamentação do agronegócio levou à venda de sementes ruins e ao uso excessivo de pesticidas, o que não protegeu os agricultores contra quebras consecutivas de safra causadas por ataques de pragas. A queda dos preços internacionais do algodão ao longo dos anos desencadeou uma grave crise agrária na

região, com o conseqüente aumento das mortes de agricultores por suicídio. O investimento público nas áreas rurais diminuiu drasticamente. Depois de 1991, não houve expansão na irrigação de superfície. A área sob os canais caiu em um milhão de acres devido à falta de reparos e falta de assoreamento. Como consequência, a renda dos agricultores entre 1993-1994 e 2004-2005 cresceu apenas 1,96% ao ano.

Custos crescentes, preços baixos no mercado mundial e quebras de safra levaram a um período de crise agrária constante. Desde 1991, o governo reduziu os subsídios aos alimentos ao consumidor, afetando negativamente a segurança alimentar de milhões de indianos. Entre 1995 e 2001, o número de pessoas subnutridas na Índia aumentou quase 20 milhões. A publicação *State of Food Insecurity in the World* [Estado de insegurança alimentar no mundo] da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), de 2003, mostrou que dos 842 milhões de pessoas subnutridas no mundo, na época, 214 milhões, ou um quarto, viviam na Índia. Pelo menos um quarto dos milhões de agricultores, desanimados com dívidas financeiras, cometeram suicídio nesta mesma década.

A crise agrária não é universal: afeta principalmente os agricultores pequenos e pobres. Os ricos – que diversificaram em horticultura, aquicultura etc. – conseguiram se proteger de toda a extensão da crise tirando vantagem dos mercados internacionais em setores estratégicos. Eles tinham os meios para fazer investimentos e a capacidade de absorver as perdas em anos ruins. A liberalização não foi tão cruel para os grandes fazendeiros quanto para o resto da sociedade agrária.



Uma mulher decora um palki sahib, uma estrutura religiosa sikh na fronteira de Singhu, em Dehli, 31 de dezembro de 2020

Vikas Thakur / Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Depois de 1991, quando as consequências negativas da liberalização começaram a afetar os trabalhadores do campo e das fábricas, os desempregados e os moradores das favelas, a reação veio rapidamente. Havia a dor dos suicídios de camponeses; os protestos em massa contra a invasão de terras públicas, desde o roubo de vinhedos de betel até a Posco Steel em Orissa; e a defesa de terras agrícolas contra o sequestro por uma Zona Econômica Especial no vilarejo de Bhatta Parsaul (Noida, UP). Todos os estados da Índia passaram por tensões, uma vez que os padrões de vida de muitos se deterioraram e as perspectivas de emprego permaneceram estagnadas. Vidas foram dilaceradas para criar valor para a burguesia industrial e agrícola e para as empresas multinacionais e nacionais a ela ligadas. O martelo do “progresso” cai com força sobre as comunidades indígenas (Adivasis), cujas terras são o marco zero para a exploração, e sobre as castas oprimidas (Dalits), cujo campo de trabalho sofre pressões inimagináveis. A brutalidade da vida cotidiana na Índia de hoje não se traduz facilmente em atividade política. A insegurança social, o trabalho contingente e perigoso, as comunidades fragmentadas, a migração de longa distância e os longos deslocamentos diários tornam a possibilidade de ação política mais desafiadora, mas também torna essa ação imperativa.

Prorrogação

Em 2004, a Aliança Progressista Unida (United Progressive Alliance – UPA), uma coalizão liderada pelo Partido do Congresso, venceu as eleições parlamentares e formou o governo. A UPA foi apoiada no

parlamento pelos partidos de esquerda, que exigiam o rompimento com a agenda de reformas neoliberais e o apoio do governo aos agricultores. Esses acordos foram estabelecidos no Programa Mínimo Comum, o documento que delineia os objetivos do governo de coalizão. Um de seus seis princípios básicos exortava explicitamente o governo “a melhorar o bem-estar e as condições de vida dos agricultores, trabalho agrícola e trabalhadores, particularmente aqueles no setor não organizado, e garantir um futuro seguro para suas famílias em todos os aspectos”.

O crédito à agricultura melhorou, assim como o investimento público nas áreas rurais. Em 2005, o governo introduziu um programa de garantia de emprego rural, a Lei Nacional de Garantia de Emprego Rural Mahatma Gandhi ou (The Mahatma Gandhi National Rural Employment Guarantee Act – MGNREGA), que prometia 100 dias de trabalho a todos os trabalhadores agrícolas, fornecia recursos para a melhoria da infraestrutura nas aldeias e aumentava os lençóis freáticos em casos de seca através do desenvolvimento de reservatórios. Esses programas levaram à expansão da agricultura, sobretudo na produção de safras comerciais, como o algodão. Os agricultores diversificaram plantações com horticultura e criação de aves para atender às demandas da classe média urbana. Ajudou o fato de os preços agrícolas globais estarem altos, de o PIB da Índia crescer 7 a 8% ao ano e o aumento dos investimentos públicos e privados. Entre 2004-2005 e 2011-2012, os rendimentos dos agricultores aumentaram 7,6% ao ano, em contraste com 1,96% nos anos anteriores.

Apesar da pressão da esquerda, principalmente em seu segundo mandato (2009-2014), quando não dependia do apoio desse setor,

o governo da UPA moveu uma agenda neoliberal em muitas arenas, favorecendo a forte classe capitalista indiana. Durante seu segundo mandato, a UPA passou a desregular o setor de fertilizantes, liberalizar os arrendamentos de terras, abrir a agricultura para o comércio de futuros e iniciar o processo de reformas do mercado agrícola. Ou seja, em seu segundo mandato, a UPA deu início ao processo que o primeiro-ministro Narendra Modi iria acelerar.

O grande capital na Índia, em conluio próximo com a classe política, aproveitou as políticas de privatização para confiscar recursos públicos (incluindo ativos lucrativos do setor público), adquirir vastas extensões de terra deslocando comunidades de vilarejos e florestas, controlar os recursos minerais do país e minar os bancos públicos por meio de um conjunto de esquemas de fraude e falta de pagamento em cascata. Esse processo – que inclui privatização, liberalização do comércio e políticas deflacionárias – é o que Prabhat Patnaik chama de “acumulação por usurpação”, o impulso do capital para tomar áreas da vida humana com o total apoio do Estado. De 2008 em diante, o industrial Mukesh Ambani fez sua aparição anual na lista de bilionários da Forbes; em 2008, seu patrimônio líquido era de 20,8 bilhões de dólares e ele logo se tornaria o homem mais rico do mundo fora da Europa e da América do Norte. Quando o governo da UPA foi reeleito para um segundo mandato em 2009 e pôde governar sem o apoio da esquerda, os mercados de ações se recuperaram para aumentar a capitalização de mercado das empresas de Ambani em 12 milhões de dólares em cinco dias.



Um camponês de Haryana protesta na fronteira de Tikri, em Dehli, 12 de dezembro de 2020

Vikas Thakur / Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

A praga de Modi

Em 2011, os maiores capitalistas da Índia – incluindo Mukesh Ambani – participaram de um conclave chamado Vibrant Gujarat, onde elogiaram o ministro-chefe do Estado, Narendra Modi, puseram de lado a acusação contra ele de perpetrar genocídio de muçulmanos em 2002 e endossaram a reivindicação de Modi de se tornar primeiro ministro. Ansiosos por mais reformas neoliberais, esses capitalistas apostaram em Modi como seu instrumento para a “liberalização do mercado de trabalho” (ou seja, o corte dos sindicatos) e para a “reforma agrária”. Três anos depois, o Partido Bharatiya Janata (BJ) de Modi venceu as eleições parlamentares e ele se tornou o primeiro-ministro da Índia.

O governo de Modi foi saudado com um colapso nos preços internacionais de safras de exportação como o algodão, dois anos de seca e uma desaceleração geral nas taxas de crescimento agrícola. Em vez de enfrentar a crise que se desenrolou, o governo de Modi infligiu mais três desastres econômicos na economia:

- a. **desmonetização (2016).** Ao retirar mais de 80% da moeda em circulação sem aviso prévio, Modi forçou a redução da demanda, inclusive para produtos agrícolas. Os agricultores tiveram que jogar fora leite e vegetais, pois descobriram que o dinheiro em suas mãos não valia nada;
- b. **imposto sobre bens e serviços (2017).** A implementação desse imposto cortou as pequenas margens de lucro dos pequenos comerciantes e empresas de varejo. Isso impactou

os mercados agrícolas, que viram uma maior presença de empresas monopolistas no lugar do setor mais diversificado de pequenos comerciantes;

- c. **covid-19 (2020-2021)**. O governo do BJ falhou em combater a doença e sua rápida disseminação. Um isolamento repentino em março de 2020 forçou milhões de trabalhadores migrantes a abandonarem seus empregos nas cidades e voltar para suas casas nas vilas e cidades menores. Quando a taxa de infecção e mortalidade aumentou, a demanda por produtos agrícolas caiu; isso intensificou a crise para os agricultores que não tinham rede de apoio.

No início da crise da Covid-19, o governo aproveitou a situação para apresentar três projetos de lei agrícolas no parlamento em junho de 2020, que foram aprovados e sancionados em setembro de 2020 sem debate parlamentar. Essas três leis abrem o setor agropecuário à entrada de grandes empresas do agronegócio. O governo alegou que essas leis permitiriam aos agricultores descobrir os melhores preços do mercado, quando na verdade colocariam os pequenos agricultores contra o agronegócio, que controla as informações do mercado e usufrui das vantagens de escala.

As três leis enfraquecem as limitadas regulamentações que existem no mercado agrícola. Essas regulamentações foram estranguladas desde 1991, mas agora estão sendo excluídas.

1. **Lei de Comércio e Negociação de Produtos Agrícolas (Promoção e Facilitação)**. Esta lei determina que o

comércio fora do estaleiro do mercado regulamentado não será tributado, o que significa que os comerciantes abandonarão os mercados regulamentados por outros não regulamentados. Nos estados onde existem estaleiros de mercado regulamentado – como Haryana e Punjab – isso já teve um impacto imediato.

2. **Acordo de Agricultores sobre Garantia de Preços e Lei de Serviços Agrícolas (Capacitação e Proteção).** Essa lei permite que o agronegócio entre em negociação direta com os agricultores para uma quantidade específica de uma safra específica a um preço específico. Não há regulamentação ou limite para o contrato. Os contratos podem ser orais. A lei também mantém quaisquer disputas relacionadas a esses contratos fora da jurisdição dos tribunais civis, deixando os agricultores à mercê de empresas e burocratas.
3. **Lei de Produtos Essenciais (Emenda).** Por meio dessa lei, o governo retirou itens essenciais (cereais, leguminosas, batatas e cebolas) da lista de produtos essenciais, que – de acordo com a Lei de Produtos Essenciais (1955) – não deveriam ser acumulados ou objeto de especulação. A Lei de 1955 foi elaborada para evitar a inflação dos preços dos alimentos; a Lei de Emenda facilita a entrada de empresas no comércio de grãos e permite o armazenamento de produtos agrícolas, o que acelera a especulação do mercado.

Os agricultores compreenderam imediatamente que essas três leis significavam o domínio da agricultura pelas grandes empresas.



Um agricultor de Punjab protesta durante uma marcha de tratores no Dia da República na rodovia de circunvalação de GT Karnal em Dehli, 26 de janeiro de 2021

Vikas Thakur / Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Os agricultores já lutam para obter uma parcela adequada do valor de sua safra: os produtores de arroz recebem menos da metade do que o consumidor paga, e os produtores de cebola e batata recebem 35% do preço de varejo. Assim que o agronegócio assumir o comércio, é inevitável que o agricultor veja sua participação diminuir ainda mais.

Ademais, os agricultores sabem que, uma vez fechados os mercados regulamentados, o governo reduzirá a aquisição de grãos e poderá desativar o MSP por completo. O governo disse que, em vez de subsidiar fertilizantes, fornecerá transferências de dinheiro aos agricultores. Os agricultores afirmam que há uma boa chance de que esse valor de transferência não acompanhe a inflação e, eventualmente, será suspenso. Assim que os subsídios forem cortados, os agricultores terão um aumento nos custos dos insumos e a retirada do MSP os deixará enfrentando mercados agrícolas voláteis sem apoio.

A justificativa para essas leis é que o subsídio de fertilizantes e a aquisição de *commodities* essenciais levaram ao uso excessivo de fertilizantes, degradando a saúde do solo, e ao uso indiscriminado dos recursos hídricos subterrâneos (particularmente por meio da expansão de arroz e trigo). Não há razão para acreditar que as grandes empresas se preocupam com a saúde do solo ou com o uso excessivo de água. A melhor solução para esses problemas não é dismantlar as instituições, mas reformá-las. Os agricultores há muito exigem, por exemplo, que o governo expanda a lista de safras para aquisição, aumentando assim a quantidade de outras safras além do arroz e do trigo. Isso estabeleceria esquemas de compras fora das áreas afetadas pela Revolução Verde e garantiria um padrão de cultivo mais

equilibrado. Ao melhorar os serviços de extensão para fornecer ajuda técnica, o uso de insumos pode ser otimizado. Dependendo de empresas agroquímicas para aconselhamento sobre fertilizantes e pesticidas não otimizou o uso desses produtos químicos. O fortalecimento dos serviços de extensão pública ajudaria muito na redução do uso desnecessário de produtos químicos agressivos.

É claro que o problema na agricultura indiana não é o excesso de apoio institucional, mas a implantação inadequada e desigual de instituições, bem como a falta de vontade dessas instituições em lidar com as desigualdades inerentes à sociedade aldeã. Não há evidências de que as empresas do agronegócio irão desenvolver infraestrutura, melhorar os mercados agrícolas ou fornecer suporte técnico aos agricultores. Tudo isso está claro para os agricultores.

Os protestos dos agricultores, que começaram em outubro de 2020, são um sinal da clareza com a qual os agricultores reagiram à crise agrária e às três leis que só aprofundarão a crise. Nenhuma tentativa do governo - incluindo tentar dividir os agricultores de acordo com as linhas religiosas - conseguiu quebrar a unidade dos agricultores. Há uma nova geração que aprendeu a resistir e está preparada a levar sua luta por toda a Índia.

O professor Sarbjot Singh Behl, que leciona na Guru Nanak Dev University (Amritsar, Punjab), escreveu um poema, *Tale of a Farmer* [Conto de um agricultor]¹, que captura o espírito de luta dos agricultores:

1 Tradução feita a partir da versão em inglês de Jeena Singh

Lavrar, semear, arar e colher
São as promessas que mantenho
Para a boa terra sob meus pés
Assim é a vida...
Até o último suspiro que este corpo respire

O solo que reguei com o meu suor
As tempestades que resisti no meu peito
O frio cortante ou o calor do verão
Nunca poderia fazer meu espírito recuar
Assim é a vida...
Até o último suspiro que este corpo respire

O que a natureza não podia, o governante fez
Coloque a efígie do meu espírito
Como um espantalho em campos de fartura
Para sua alegria e zombaria
Assim é a vida...
Até o último suspiro que este corpo respire

No passado, meus campos foram espalhados
Onde paraísos com a terra se encontram
Mas, ai de mim! Agora só me resta
Alguns acres para pagar minha dívida
Assim é a vida...
Até o último suspiro que este corpo respire

Minha colheita ouro, branca e verde
Eu trago para o mercado muitas esperanças
Esperanças frustradas e mãos vazias
São os presentes de minhas terras
Assim é a vida... até que a morte concorde
Em me tirar dessa miséria

Crianças choram, sem comida, sem instrução
Seus sonhos agora estão espalhados
Sob o telhado, apenas destroços
Corpos partidos, almas despedaçadas
Assim é a vida...
Até o último suspiro que este corpo respire

Todas as gemas e joias se foram,
Estômagos vazios, almas desamparadas
Mas tenho promessas a cumprir
Para suprimir a fome e a ganância
Assim é a vida...
Até o último suspiro que este corpo respire

A colheita de ouro que eu colho
Nenhum comerciante deseja manter
Dívidas, em perigo tão profundo
Meu coração de chumbo mal pode bater
Assim é a vida...
Até o último suspiro que este corpo respire

Pode haver outra solução?
É força ou revolução
Foice e ceifadora não são mais ferramentas
Mas agora são armas de fato
Assim é a vida...
Até o último suspiro que este corpo respire





Um contingente de tratores na rodovia GT Karnal fura as barricadas e entra em Dehli, iniciando um enfrentamento entre os manifestantes e a polícia, 26 de janeiro de 2021

Vikas Thakur / Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Referências:

Balachandran, Gopalan. *Reserve Bank of India, 1951-1967, Vol. 2*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

Bansal, Vaishali, Yoshifumi Usami, and Vikas Rawal. *Agricultural Tenancy in Contemporary India: An Analytical Report and a Compendium of Statistical Tables based on NSSO Surveys of Land and Livestock Holding, SSER Monograph 18/1*. New Delhi: Society for Social and Economic Research, 6 May 2018.

Bardhan, Pranab. 'Green Revolution and Agricultural Labourers'. Special issue of *Economic and Political Weekly*, vol. 5, no. 29-31, July 1970.

Bhaduri, Amit. 'A Study in Agricultural Backwardness Under Semi-Feudalism'. *The Economic Journal*, vol. 83, no. 329, 1 March 1973.

Bhoi, Binod B., Sujata Kundu, Vimal Kishore, and D. Suganthi. 'Supply Chain Dynamics and Food Inflation in India'. *RBI Bulletin*, vol. LXXIII, no. 10, October 2019.

Chakravarti, A. K. 'Green Revolution in India'. *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 63, no. 3, September 1973.

Chand, Ramesh, Raka Saxena, and Simmi Rana. 'Estimates and Analysis of Farm Income in India, 1983-84 to 2011-12'. *Economic and Political Weekly*, vol. 50, no. 22, May 2015.

Chaudhary, M. K., and D. R. Aneja. 'Impact of Green Revolution on Long-Term Sustainability of Land and Water Resources in Haryana'. *Indian Journal of Agricultural Economics*, vol. XLVI, no. 3, July-September 1991.

Davis, Mike. *Late Victorian Holocausts: El Niño Famines and the Making of the Third World*. New York: Verso, 2000.

Digby, William. '*Prosperous*' *British India: A Revelation from Official Records*. London: Fisher Urwin, 1901.

Dutt, Subimal. *Report of the Industrial Licensing Policy Inquiry Committee*. Government of India, Ministry of Industrial Development, Internal Trade and Company Affairs, New Delhi, 1969.

Gait, E. A. *Census of India, 1911, Vol. 1*. Calcutta: Office of the Superintendent Government Printing, 1911.

George, P. S. 'Some Aspects of Public Distribution of Foodgrains in India'. *Economic and Political Weekly*, vol. 19, no. 39, 29 September 1984.

Ghosh, Jayati, C. P. Chandrasekhar, and Prabhat Patnaik. *Demonetisation Decoded: A Critique of India's Currency Experiment*. New Delhi: Routledge India, 2017.

Goldsmith, Arthur A. 'Policy Dialogue, Conditionality, and Agricultural Development: Implications of India's Green Revolution'. *The Journal of Developing Areas*, vol. 22, no. 2, January 1988.

Government of India, Directorate of Economics and Statistics, Ministry of Agriculture, Cooperation, and Family Welfare. *Pocket Book of Agricultural Statistics 2017*. New Delhi, 28 June 2018.

Government of India, Ministry of Agriculture and Farmers' Welfare. *Report of the Committee on Doubling Farmers' Income, Volume I: 'March of Agriculture since Independence and Growth Trends'*. New Delhi, August 2017.

Government of India, Ministry of Statistics and Programme Implementation. 'Summary of macro economic aggregates at current prices, 1950-51 to 2013-14'. New Delhi, March 2014.

Government of India, National Sample Survey Office, Department of Statistics and Programme Implementation. *Key Indicators of Situation of Agricultural Households in India*. NSS 70th Round, January-December 2013, New Delhi, December 2014.

Government of India, Research and Policy Division, Ministry of Home Affairs. *The Causes and Nature of Current Agrarian Tensions*. New Delhi, 1969.

Government of India, National Sample Survey Organisation, Department of Statistics. *Tables with notes on some aspects on landholdings in rural areas (state and all-India estimate)*. NSS 17th Round, September 1961-July 1962, Report no. 144, New Delhi, 1970.

Government of India, Ministry of Information and Broadcasting. *Problems of the Third Plan: A Critical Miscellany*. New Delhi, 1961.

Hazari, R. K. *Corporate Private Sector: Concentration, Ownership and Control*. Bombay: Asia Publishing House, 1966.

Issac, T.M., Thomas, Lekha Chakraborty, and R. Mohan. *Challenges to Indian Fiscal Federalism*. Foreword by Ghosh, Jayati, and C.P. Chandrasekhar. New Delhi: LeftWord Books, 2019.

Mooij, Jos. 'Food policy and politics: The political economy of the public distribution system in India'. *Journal of Peasant Studies*, vol. 25, no. 2, 1998.

McMahon, Robert J. 'Food as a Diplomatic Weapon: The India Wheat Loan of 1951'. *Pacific Historical Review*, vol. 56, no. 3, August 1987.

Patnaik, Prabhat, and C. P. Chandrasekhar. 'Indian Economy under 'Structural Adjustment''. *Economic and Political Weekly*, vol. 30, no. 47, November 1995.

Patnaik, Prabhat. 'The Accumulation Process in the Period of Globalisation'. *Economic and Political Weekly*, vol. 43, no. 26-27, 28 June-11 July 2008.

Patnaik, Utsa, and Subhra Chakrabarti, eds. *Agrarian and Other Histories: Essays for Binay Bhushan Chaudhuri*. New Delhi: Tulika Books, 2019.

Macdonnell, A. P., F. A. Nicholson, J. A. Bourdillon, and Syam Sundar Lal. *Report of the Indian Famine Commission, 1901*. Calcutta: Office of the Superintendent of Government Printing, 1908.

Indian Famine Commission. *Report of the Indian Famine Commission, 1878-1880*. London: Eyre and Spottiswoode, 1880.

Ramachandran, V. K., Madhura Swaminathan, and Vikas Rawal, eds. *Socio-economic Surveys of Three Villages in Andhra Pradesh: A Study of Agrarian Relations*. New Delhi: Tulika Books, 2010.

Ramana Murthy, R.V., and Rekha Misra. 'Pricing of Paddy A Case Study of Andhra Pradesh'. Reserve Bank of India, Department of Economic and Policy Research, Development Research Group, Study no. 38, 2012.

Ramakumar, R., ed. *Note-Bandi: Demonetisation and India's Elusive Chase for Black Money*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

Rawal, Vikas, and Vaishali Bansal. *The Land Question in Contemporary Rural India, SSER Monograph 21/2*. New Delhi: Society for Social and Economic Research, 2021.

Rawal, Vikas. 'Ownership Holdings of Land in Rural India: Putting the Record Straight'. *Economic and Political Weekly*, vol. 43, no. 10, March 2008.

Rawal, Vikas, Suvidya Patel, and Jessim Pais. *The Political Economy of Agricultural Market Reforms: An Analysis of the Farmers Produce Trade and Commerce (Promotion and Facilitation) Act, 2020, SSER Monograph 20/4*. New Delhi: Society for Social and Economic Research, 2020.

Reserve Bank of India. *The Reserve Bank of India, 1967-1981, Vol. 3*. Mumbai: Reserve Bank of India, 2005.

Rewa, Pranjal, ed. *Kabhu na Chare Khet. Dilli ke darwaze par kisan ki dastak*. New Delhi: LeftWord Books, 2021.

Shah, Mihir, Rangu Rao, and P. S. Vijay Shankar. 'Rural Credit in 20th Century India: Overview of History and Perspectives'. *Economic and Political Weekly*, vol. 42, no. 15, 14-20 April 2007.

Sharma, Alakh N., and Gerry Rodgers. 'Structural Change in Bihar's Rural Economy Findings from a Longitudinal Study'. *Economic and Political Weekly*, vol. 50, no. 52, December 2015.

Sen, Abhijit. 'Some Reflections on Agrarian Prospects'. *Economic and Political Weekly*, vol. 51, no. 8, February 2016.

Sen, Abhijit, and Jayathi Gosh. 'Indian Agriculture after Liberalisation'. *Bangladesh Development Studies*, vol. XXXX, A, no. 1-2, March-June 2017.

Singh Behl, Sarbjot. 'A Couple of Acres to Pay My Debt.' *People's Archive of Rural India*, 5 November 2020.

Singh, Gyanendra. 'Trends in agricultural production as influenced by growth in irrigation resources in India'. *World Water Policy*, vol. 6, no. 2, November 2020.

Sridhar, V. 'Why Do Farmers Commit Suicide? The Case of Andhra Pradesh'. *Economic and Political Weekly*, vol. 41, no. 16, April 2006.

Torri, Michelguglielmo. 'Economic Policy and Political Gains: The First Phase of India's Green Revolution'. *Asia Studies Journal*, vol. 12, no. 2-3, 1974.

Tricontinental: Institute for Social Research. *CoronaShock: A Virus and the World*. 5 May 2020.

Tricontinental: Institute for Social Research. *The Neoliberal Attack on Rural India: Two Reports by P. Sainath*. 7 October 2019.

Tricontinental: Institute for Social Research. *One Hundred Years of the Communist Movement in India*. 1 September 2020.





Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
*é uma instituição internacional, organizada por
movimentos, com foco em estimular o debate intelectual
para o serviço das aspirações do povo.*

www.otricontinental.org

Instituto Tricontinental de Investigación Social
*es una institución promovida por los movimientos,
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio de
las aspiraciones del pueblo.*

www.eltricontinental.org

Tricontinental: Institute for Social Research
*is an international, movement-driven institution
focused on stimulating intellectual debate that serves
people's aspirations.*

www.thetricontinental.org